

## ECONOMIA

## CONJUNTURA

Fim do crédito farto que facilitou o crescimento da produção nos últimos anos levará o mundo a uma recessão. Para manter desenvolvimento, Brasil precisa melhorar o controle dos gastos governamentais

# Uma nova política econômica

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

A crise internacional deve exigir mudanças na política econômica. Analistas das mais diferentes tendências estão concluindo que, diante da recessão mundial, o governo deveria fortalecer o controle do orçamento, com corte nas despesas de manutenção dos órgãos públicos. Em contrapartida, o Banco Central (BC) deveria afrouxar a rigidez da atuação monetária, com redução dos juros nos próximos meses. Tudo isso para minimizar os efeitos internos da atual turbulência e permitir um crescimento mais saudável do nível de atividade no país, mas sem jogar fora a estabilidade de preços.

Ex-secretário de Política Econômica, o economista Julio Sérgio Gomes de Almeida chama atenção para a total reversão do quadro econômico que propiciou os ganhos da economia brasileira nos últimos anos. O país se beneficiou de um cenário que contava com crescimento mundial sem precedentes nas últimas décadas, abundância de crédito externo e comércio mundial em franca expansão. Com a crise, todo esse panorama não só ruiu como foi substituído pelo seu contrário.

“Nós vamos sofrer muito. Se quiser que o país cresça num ritmo razoável, o governo precisa adotar uma política econômica muito ajustada”, afirma Almeida, atual consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

Breno Fortes/CB/DA Press - 3/7/06



ALMEIDA, DO IEDI: “NÃO FAZ SENTIDO INSISTIR COM JUROS ALTOS”

Industrial (Iedi). Para começar, o BC deveria baixar a taxa básica de juros, hoje em 13,75% ao ano. “Tudo o que o BC queria fazer aos poucos com juros altos (esfriar a demanda interna para conter a inflação), a crise vai fazer de supetão. Então, não faz sentido insistir com essa prática de juros altos.”

Para animar a economia, Almeida também receita a manutenção dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o sacrifício dos gastos de custeio. Na busca de novos mercados para os produtos nacionais, o governo deveria negociar acordos comerciais

bilaterais, prática abandonada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, a equipe econômica precisaria evitar uma nova valorização excessiva do real frente ao dólar e forçar a aprovação de uma reforma que simplifique o atual sistema tributário. Esses dois últimos pontos melhorariam as condições de negócios.

## Rigidez

Expoente da escola liberal, o economista Paulo Rabello de Castro, presidente da RC Consultores, também defende a mudança no “mix” da condução macroeconômica. “Estamos trabalhando com

uma política monetária apertada e uma política fiscal folgada. Agora, a fiscal tem que ser rígida e a monetária, neutra”, diz. Na sua avaliação, seria um “contra-senso” manter os juros altos num momento em que as empresas precisam de algum fôlego para crescer, ainda que num ritmo menor do que o atual. Uma política monetária neutra seria a que estipulasse juros baixos, mas sem estimular a fuga de capitais.

Na avaliação de Castro, o perigo de não fazer as alterações necessárias é ter uma “moeda frouxa”. “Este é o momento de trocar a âncora do real, saindo da monetária

e entrando na fiscal. É a chance de o Brasil ter uma moeda consolidada, como deve ter todo país com *investment grade* (melhor nota dada pelas agências de classificação de risco). É preciso conter a demanda do governo para liberar a das famílias. Ou seja, em vez de mais Keynes, precisamos de menos”, diz. A referência é ao economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), que recebeu aumento dos gastos públicos para estimular a economia e voltou à moda com a crise.

Na última reunião, o Comitê de Política Monetária do BC manteve os juros, mas não indicou

que vai baixá-los. Ao mesmo tempo, a equipe econômica dá sinais contraditórios sobre o corte de gastos e sobre o nível do superávit primário (economia para pagar juros da dívida) de 2009. Num momento, fala em permanência no atual nível de 3,8% do Produto Interno Bruto. Noutro, fala em baixá-lo para 3,3%. Para o estrategista-chefe do Banco WestLB, Roberto Padovani, o superávit deveria ser elevado. “A ênfase fiscal deve ser reforçada. Quanto mais responsável o governo for na área fiscal, maior será o fluxo de recursos para o país. Assim, se preserva o crescimento econômico”, diz.

## TAXA DE JUROS E RESULTADO FISCAL

O tamanho dos juros básicos afeta diretamente o déficit nominal, resultado final das contas públicas, que leva em consideração o pagamento de juros sobre a dívida. Mas outros fatores também influenciam, como a magnitude do superávit primário, economia feita no orçamento para abater a dívida.



\*Selic de dezembro de cada ano. Em 2008, é a taxa em vigor hoje.

\*\*O resultado de 2008 é o acumulado em 12 meses até setembro.

Editoria de Arte/CB